

**Esclarecimento** 24/11/2023 11:30:59

Sra. Licitante Informo que o pedido de esclarecimento de V.Sa., referente ao item 10, foi reanalisado pelo setor demandante da licitação que reiterou a resposta enviada por e-mail no dia 21/11/2023 às 17:09, ou seja: "Não há que se falar em desoneração da folha de pagamento na despesa de materiais (13,10%) e serviços de locação de equipamentos (19,30%)."  
Esclareço, ainda que não é da competência da SEAQUI elucidar o questionamento em tela, posto que, os índices de (13,10%) para materiais e (19,30%) para serviços de locação de equipamentos foram informados pelo setor demandante da licitação que tem a competência de responder a questão. 10: É sabido que o acórdão 2622/13 do TCU não abrangia a CPRB (o próprio acórdão na íntegra explica que na época do estudo não existia, ainda, a CPRB). Sendo assim, as empresas enquadradas na desoneração da folha de pagamento poderão inserir o referido imposto no cálculo do BDI, superando, majorando (na via de consequência) o BDI de 13,10% e 19,30%. Nosso entendimento está correto? (Em caso negativo, gentileza apresentar memória de cálculo com a alíquota de 4,5%, pois não é possível fechar um percentual de BDI tão baixo com a CPRB nos tributos). "Não há que se falar em desoneração da folha de pagamento na despesa de materiais (13,10%) e serviços de locação de equipamentos (19,30%)."

**Fechar**

**Esclarecimento** 22/11/2023 17:38:14

Sr. Licitante Seguem as respostas do pedido de esclarecimento formulado por V.Sa. Solicito por gentileza esclarecimentos aos pontos a seguir: O item 12.1.3 Habilitação jurídica - alínea "e" e "e.1" informa que para os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, as empresa precisam apresentar licença sanitária ou termo equivalente concedida pelo órgão sanitário competente, perguntamos: • Esta solicitação é obrigatória para as empresas de engenharia? Caso negativo, será possível a subcontratação? Caso positivo, deverá constar no contrato social, mesmo o objeto sendo de engenharia? Resposta. - É possível a subcontratação, devendo a subcontratada apresentar a habilitação exigida. •Esse item seria motivo de desclassificação? Resposta. - Não • Qual a atual empresa no contrato? Resposta. - RCS TECNOLOGIA LTDA

**Fechar**

**Esclarecimento 21/11/2023 17:12:07**

Respostas ao pedido de esclarecimento Para participação no Pregão Eletrônico nº 033/2023, solicitamos esclarecer: 01: O faturamento se dará considerando qual dos códigos do ISS exemplificados abaixo? 7.05- Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres 7.10- Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto 31.01- Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres RESPOSTA Esclarecemos que nos termos de edital acima mencionado, trata-se de "prestação de serviço continuado de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, de equipamentos e das instalações dos imóveis sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral localizados no município de Salvador", portanto, entendemos que os serviços enquadram-se, s.m.j., no código 7.10 da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2023. Diante do exposto, com relação ao ISS, haverá retenção de 5%, caso outra alíquota não seja informada no documento fiscal, em favor do município de Salvador-BA, pois o serviço enquadra-se na exceção em que a retenção será devida no local da execução do serviço, conforme art. 3º Inciso VII, da lei Complementar nº 116/2003 02: Considerando o princípio da unicidade sindical previsto no artigo 8º inciso II da CR/88 e artigos 516 e 581 da CLT, pergunta-se: Será obrigatório a adoção de algum sindicato determinado, ou as concorrentes poderão utilizar aquela que mais se assemelha a sua atividade preponderante (conforme preconiza os Acórdãos 2601/2020 e 719/2018 do TCU)? RESPOSTA Não é obrigatória filiação a sindicato determinado. 03: Entendemos que quando necessária a utilização de equipamentos especiais (plataformas elevatórias, caminhão munck, andaime fachadeiro, etc), estes serão demandados e ressarcidos à contratada, com verba destinada para isso. Correto? RESPOSTA Sim, correto entendimento. 04: Entendemos que quando necessária a prestação de serviços eventuais, como por exemplo marcenaria, impermeabilização e vidraçaria,, estes serão demandados e ressarcidos à contratada, com verba destinada para isso. Correto? RESPOSTA Sim, correto entendimento. 05: Independente da CCT utilizada pelas licitantes, deverá ser respeitado o salário mínimo das planilhas estimativas, ou os salários poderão ser alterados para mais e/ou para menos (claro, atendida a CCT)? RESPOSTA Sim, deverá ser observado o constante das planilhas estimativas adotadas no Termo de Referência. 06: As reuniões com o Responsável Técnico trazidas pelo item 4.1.6.1 do TR também serão ressarcidas com a verba destinada a visitas? RESPOSTA Responsável Técnico Engenheiro Eletricista, item 4.1.6.1 do TR, não há previsão de pagamento. As visitas objeto de ressarcimento serão as do Engenheiro Mecânico e Engenheiro Civil ao TRE-BA (Item 4.1.6). Conforme item 4.1.7: A empresa vencedora deverá prever, na sua proposta, todas as despesas com todos os profissionais Responsáveis Técnicos do contrato. 07: Os plantões para atendimento eleitoral (item 4.2.1.1 e 4.2.1.2) serão ressarcidas à Contratada com a verba destinada às horas extras e visitas do Responsável Técnico, respectivamente? RESPOSTA Há previsão contratual para pagamento de horas extras em período eleitoral. Responsável Técnico Engenheiro Eletricista, item 4.1.6.1 do TR, não há previsão de pagamento. Conforme item 4.1.7: A empresa vencedora deverá prever, na sua proposta, todas as despesas com todos os profissionais Responsáveis Técnicos do contrato. 08: Para atendimento ao item 4.3.4.2 deverão ser disponibilizados quantos pontos biométricos? Em quais localidades? RESPOSTA No mínimo uma unidade a critério da Contratada. 09: A Tabela Sinapi utilizada para fornecimento de peças e equipamentos especiais será aquela vigente na data da proposta. Mas, qual proposta: A do Edital ou a proposta à época da prestação do serviço ou fornecimento de peças? RESPOSTA Tabela SINAPI do mês da data base da apresentação da proposta do licitante. 10: É sabido que o acórdão 2622/13 do TCU não abrangia a CPRB (o próprio acórdão na íntegra explica que na época do estudo não existia, ainda, a CPRB). Sendo assim, as empresas enquadradas na desoneração da folha de pagamento poderão inserir o referido imposto no cálculo do BDI, superando, majorando (na via de consequência) o BDI de 13,10% e 19,30%. Nosso entendimento está correto? (Em caso negativo, gentileza apresentar memória de cálculo com a alíquota de 4,5%, pois não é possível fechar um percentual de BDI tão baixo com a CPRB nos tributos). RESPOSTA Não há que se falar em desoneração da folha de pagamento na despesa de materiais (13,10%) e serviços de locação de equipamentos (19,30%). Sugerimos que este questionamento seja direcionado à SEAQUI, detentora do conhecimento. 11: Do relatório inicial, item 4.4.1 do TR, caso sejam identificadas inconsistências, de quem será a responsabilidade por esta corretiva inicial: Contratada atual, futura contratada ou contratante? RESPOSTA Futura contratada 12: A termografia será realizada nos equipamentos/sistemas listados no item 4.4.4 do TR. Porém, não restou claro se será realizada em todos os prédios. Poderia esclarecer? RESPOSTA Sim para todas as edificações. 13: A coleta de 15 amostras para análise do ar (conforme item 4.4.5 do TR), é por localidade ou para todas as localidades? RESPOSTA São 15 amostras, no mínimo, e contempla todas as edificações. 14: Para o atendimento ao item 4.4.6 do TR - Eficientização Energética, será necessário disponibilizar analisador de energia? (Caso afirmativo, sendo este equipamento de alto custo, será ressarcido à Contratada?) RESPOSTA As propostas das licitantes deverão contemplar todos os valores necessários à boa execução do contrato. 15: Em que localidades estão os 3360 metros lineares de dutos? (Se estiverem em apenas uma unidade ou em várias localidades, faz diferença no orçamento) RESPOSTA Distribuídos no Prédio Sede e seus Anexos. 16: Qual a periodicidade do tratamento químico da água? (Não localizei a informação) RESPOSTA O tratamento de água deve garantir que a água permaneça dentro dos padrões pré-estabelecidos conforme normativos técnicos. A coleta da água deve ser semanal, Item 4.4.11.2 a). 17: Qual a empresa atualmente contratada? RESPOSTA RCS TECNOLOGIA LTDA 18: Quanto ao descarte e transporte de entulhos, pergunta-se: 18.1 : Será necessário a disponibilização de caçamba? RESPOSTA Não. Somente quando necessário, conforme item 9 dd) do TR : "Providenciar o transporte e descarte dos entulhos e sobras de materiais oriundos dos serviços executados, observando as regras de sustentabilidade ambiental referidos neste Termo de Referência". Ressalte-se que as propostas das licitantes deverão contemplar todos os valores necessários à boa execução do contrato. 18.2 : Se sim, qual a média da necessidade? RESPOSTA Isso faz parte da expertise das empresas de manutenção. 18.3 : Ainda, em caso afirmativo, será ressarcida à Contratada com a verba de equipamentos especiais? RESPOSTA Não. As propostas das licitantes deverão contemplar todos os valores necessários à boa execução do contrato. 19: Para fins de orçamento, quantos compressores existem em cada Chiller? RESPOSTA Edifício Anexo II possui 2 chillers. Um de 80 tr com 2 compressores e outro de 100 tr com 2 compressores. 20: A manutenção dos elevadores faz parte do escopo? Se for necessário acionamento do fabricante, a Contratada será ressarcida? RESPOSTA A manutenção dos elevadores pneumáticos no Prédio Sede e Anexo I será realizada pela contratada conforme previsão em termo de referência. A manutenção dos

elevadores comerciais dos Anexos II e III é realizada mediante contratos específicos. Atenciosamente, Cátia Neves Cerqueira Souza Chefe da SEMAC

**Fechar**

**Esclarecimento 21/11/2023 15:56:35**

Seguem esclarecimentos ao Doc. 2570248: 1. Será exigida permanência em tempo integral do Preposto nos locais de prestação de serviço ou ele poderá comparecer eventualmente quando for necessário ou solicitado pela fiscalização? Caso a permanência nos locais de prestação de serviço seja integral, questionamentos em qual item as atividades executadas pelo mesmo serão medidas? RESPOSTA Conforme TR, item 4.3.1, indica as especificações técnicas para preposto: 4.3.1 PREPOSTO 4.3.1.1. A Contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela Administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional. 4.3.1.2. Preferencialmente, o Supervisor deverá acumular a função de preposto da Contratada. 4.3.1.3. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração do Tribunal, deverá se apresentar no Edifício-Sede do TRE-BA, situado à 1ª Avenida do CAB, 150, Paralela, Salvador-BA, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o(s) servidor(es) designado(s) para esse fim, aqui denominados Fiscais do Contrato, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato. Nessa oportunidade, deverão ser tratados os demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência. 4.3.1.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem assim, entregar e receber documentos do Contratante em nome da Contratada. 4.3.1.5. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas do TRE e de Segurança e Medicina do Trabalho. 4.3.1.6. O preposto deverá manter contato constante com a Fiscalização com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, de execução de serviços, quanto da manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato. De acordo item 4.14. do TR a exigência de permanência é para o Supervisor conforme Item 4.1 abaixo transcrito: HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº QTD. POSTO PERÍODO SEMANA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS SEMANA SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS 1 1 Supervisor (Engenheiro Eletricista) Segunda a quinta-feira – 09 – 12h 13 – 19h Sexta-feira – 07 – 12h 13 – 16h Sábado – – 2. O preposto poderá ser um membro da equipe residente do contrato? RESPOSTA Conforme Item 4.1.1. Os serviços deverão ser executados sob o acompanhamento do Supervisor (Engenheiro Eletricista residente), acumulando, preferencialmente, a função de preposto da contratada. 3. Está correto nosso entendimento quanto ao percentual de BDI que o mesmo pode ser modificado pela Licitante, podendo ser superior ou inferior ao utilizado no Orçamento Estimado, em conformidade com as condições tributárias da empresa? RESPOSTA Sim, conquanto que o valor total da proposta não seja maior que o valor estimado. 4. As Licitantes são obrigadas a considerarem em suas propostas os adicionais de periculosidade e insalubridade em conformidade com a previsão do orçamento estimado? RESPOSTA Sim, conforme planilhas estimativas constantes do Edital 5. Solicito o envio da Laudo de periculosidade e insalubridade que indique a obrigatoriedade do pagamento de tais adicionais. RESPOSTA Vide Termo de Referência trechos abaixo transcritos: 1. 5 PROPOSTA 2. 5.5 A Contratada deverá apresentar em 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, um Laudo Técnico que indique o direito de percepção dos valores de Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade. a) A Contratada deverá prever nas planilhas o pagamento da insalubridade/periculosidade conforme disposto na tabela abaixo, até a emissão dos laudos técnicos de insalubridade e periculosidade previsto no item 5.5; CATEGORIA / FUNÇÃO Insalubridade Periculosidade ENGENHEIRO ELETRICISTA (SUPERVISOR) - 30% ENCARREGADO - ELÉTRICA - 30% ENCARREGADO - REFRIGERAÇÃO 20% ENCARREGADO - CIVIL 20% ELETRICISTA - 30% BOMBEIRO CIVIL - 30% TÉCNICO EM REDES E TELECOMUNICAÇÕES 20% - TECNICO EM ELETROMECÂNICA - 30% AUXILIAR TÉCNICO - CIVIL (PEQUENAS OBRAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS) 20% - AUXILIAR TÉCNICO - TELHADISTA 20% ELETRICISTA- PLANTONISTAS 30% PINTOR INDUSTRIAL (ESTRUTURA METÁLICA) 20% - TECNICO EM REFRIGERAÇÃO 20% - AJUDANTE DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO (Servente Prático) 20% - TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO 20% - b) Transcorrido o referido prazo e porventura não apresentado o laudo pela contratada, a Administração efetuará a contratação dos serviços e glosará os valores em fatura. Além da glosa, incidirá a multa de 3% (três por cento) do valor mensal do contrato à contratada por não apresentar o Laudo Técnico no prazo. Salientamos que esse Laudo servirá para cumprir o que exige a Legislação Previdenciária, na Lei nº 9.528, Art. 2º, de 10/12/97, que por sua vez estabelece que: "A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no Art. 133 desta Lei." c) Caso o laudo indique o direito de determinadas funções a receber adicionais Insalubridade ou Periculosidade, o ajuste do pagamento será feito retroativo ao início do Contrato e será emitida fatura complementar com a descrição dos adicionais e meses respectivos ou a glosa dos valores eventualmente pagos a mais; d) O Laudo Técnico deverá obedecer, dentre outras, às legislações abaixo citadas: · NR-16; · NR-15; e) O Laudo Técnico deverá conter pelo menos: · O local de exercício e o tipo de trabalho realizado; · O agente nocivo à saúde ou o identificador do risco; · O grau de agressividade ao homem, especificando: 1. O limite de tolerância conhecida, quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo; 2. Verificação do tempo de exposição do servidor/prestador aos agentes agressivos; · A classificação dos graus de insalubridade e de periculosidade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade objeto de exame; · As medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos. · Quando houver alterações nas condições de trabalho ou quando solicitado pelo executor, os laudos deverão ser atualizados, e a Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para a devida apresentação. O laudo será realizado pela empresa contratada conforme Item 9 vv): Providenciar laudos de periculosidade e insalubridade para todos os postos de trabalho, para concessão dos adicionais respectivos aos seus empregados no prazo estabelecido neste Termo de Referência; 6. A empresa Licitante que não considerar adicional de periculosidade e adicional de insalubridade em sua proposta serão desclassificadas? RESPOSTA Sim. 7. A manutenção preventiva e / ou corretiva em geradores, nobreaks, estabilizadores, motobombas, chilles deverá ser realizada pelo fabricante do equipamento ou por empresa autorizada e / ou credenciada por ele? RESPOSTA A subcontratação é permitida conforme previsão do Item 7 do TR. 8. Será disponibilizado a Contratada espaço equipado com mobiliário, computadores, impressoras, ramal telefônico e internet ou tais itens deverão ser cotados na proposta da Licitante? RESPOSTA Sim disponibilizado pela Contratante. 9. Está correto nosso entendimento que os salários base dos profissionais NÃO SÃO fixados podendo a Licitante adotar os pisos salariais previstos em sua CCT preponderante? RESPOSTA Deverá ser observado os salários constantes das planilhas estimativas

adotadas no Edital e no Termo de Referência, que é parte integrante. 10. A Licitantes devem considerar em suas propostas a disponibilização de veículo em tempo integral ao contrato? RESPOSTA Os custos devem estar incluídos na BDI - MATERIAIS e BDI - SERVIÇOS/LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS. Vide detalhamento do BDI - Anexo III. As propostas das licitantes deverão contemplar todos os custos necessários à boa e perfeita execução do contrato.

**Fechar**

**Esclarecimento** 21/11/2023 15:14:07

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Prezados Senhores . Solicito por gentileza esclarecimentos aos pontos a seguir: 1. Questionamos a respeito dos salários Engenheiro Eletricista, tendo em vista que o valor considerado no Orçamento Estimado se encontra em desacordo com a LEI No 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966 que regula o exercício da profissão de engenheiro. De acordo com a referida Lei a fixação do salário base mínimo para diplomados em Engenharia deve ser feita tomando como referência 6 vezes o salário mínimo vigente, para uma carga horária de 6 horas diárias de serviço, sendo acrescidos de 25% (vinte e cinco por cento) a cada hora excedente às 6 (seis) de serviço. Deste para 220 horas mensais, equivalentes a 9 horas diárias, o salário correto deve ser R\$ 11.880,00 reais. Solicitamos esclarecimento a respeito levando em conta que a questão impacta diretamente e de forma significativa no valor da licitação. No aguardo. Atenciosamente.

**Fechar**

**Resposta** 21/11/2023 15:14:07

Em atenção ao ESCLARECIMENTO PEDIDO 5 (2572100), esta Seção rememora trecho do RELATÓRIO 2323460: Para o engenheiro eletricista, multiplicamos o salário mínimo atual por 7,66, considerando a recomendação da ASJUR1 no documento 2049128, item 14.2.2. De fato, eis o que consta no PARECER 55 (2049128): 14.2.2. Acerca da remuneração do engenheiro, repisamos o entendimento desta ASJUR1 explicitado no Parecer nº 525/2021 (doc. nº 1741199) que, adotando a corrente interpretativa mais benéfica à Administração, concluiu que o piso do profissional para uma jornada mensal de 220 horas corresponde a 7,66 salários mínimos.

**Fechar**



**Esclarecimento** 21/11/2023 14:37:22

Prezados, Solicitamos esclarecimentos ao edital em referência como descrito a seguir: 1) O serviço de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água faz parte do escopo de fornecimento deste edita 1.1) O serviço de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água poderá ser subcontratado? 2) A manutenção dos elevadores descritos no item 4, do Anexo B do Termo de Referência faz parte do escopo de 2.1) O serviço de manutenção destes elevadores poderá ser subcontratado? Att, Consultora de Licitações

**Fechar**

**Resposta** 21/11/2023 14:37:22

7. SUBCONTRATAÇÃO Os serviços de inspeção termográfica, tratamento de água e análise da qualidade do ar interno, serviços de análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), serviço de limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, fornecimento e/ou manutenção de software de gerenciamento de manutenção, disponibilização de equipamentos especiais e execução de serviços eventuais, conforme detalhado neste Termo de Referência, poderão ser subcontratados junto a empresas especializadas. Ainda assim, a responsabilidade perante este Tribunal permanecerá na alçada da Contratada.

Fechar

**Esclarecimento** 21/11/2023 09:50:40

Para o Pregão Eletrônico nº 033/2023, apresentamos o seguinte questionamento: Entendemos que as planilhas de custos e formação de preços serão apresentadas somente pela empresa arrematante após a fase de lances, não sendo exigida sua apresentação no momento do cadastramento das propostas. Nosso entendimento está correto?

[Fechar](#)

**Resposta** 21/11/2023 09:50:40

Prezado Licitante, Segundo a condição 10.1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2023 (Manutenção Predial da Capital), temos que: "10.1. Finalizada a fase de lances e encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro solicitará à licitante que ofertou o menor preço, o encaminhamento, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital". Assim, a inserção da planilha de custo e formação de preços quando do cadastramento é mera liberalidade, não sendo necessário, considerando que após a fase de lances, o valor ofertado será modificado com o envio de lances e/ou após negociação com o Pregoeiro, na fase de julgamento; quando, então, o pregoeiro solicitará a planilha no prazo de 24 horas. Atenciosamente,

**Fechar**